



ACTIONABLE AFRICAN BUSINESS RISK INTELLIGENCE



REPORTAGEM ESPECIAL:

28 January 2019

## O COLAPSO DA DÍVIDA MOÇAMBICANA É PROVÁVEL QUE SE ESPALHE EM ANGOLA

*À medida que a saga dos empréstimos ocultos em Moçambique continua nos tribunais nacionais e internacionais, está a tornar-se cada vez mais claro que o escândalo deverá espalhar-se em Angola onde muitas evidências de acordos de aquisição ocultos ameaçam minar a campanha anticorrupção do governo e a esperança de recuperação econômica em 2019.*

No dia 25 de janeiro, o Parlamento de Moçambique solicitou que o ex-ministro das finanças, Manuel Chang fosse mantido em custódia preventiva enquanto aguardava a extradição para os Estados Unidos após a sua recente prisão na vizinha África do Sul. Para implementar este pedido, o parlamento solicitou um parecer da comissão dos assuntos constitucionais e de direitos humanos.

No início de janeiro, o procurador-geral de

Moçambique indiciou 18 cidadãos envolvidos em fraudes de US \$ 2 bilhões em empréstimos a empresas estatais. A acusação inclui "acusações de abuso de poder, abuso de confiança, fraude e lavagem de dinheiro." A ação repentina do Parlamento e da Procuradoria Geral demonstra o crescente pânico dentro do governo de Moçambique e a pressão de lidar com o escândalo de três anos. À causa deste escândalo, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os doadores estrangeiros suspenderam a sua assistência

financeira em 2016, provocando um colapso da moeda e uma crise da dívida que o país ainda está a tentar recuperar.

### **Escândalo da dívida de Moçambique atinge o seu auge**

O ex-ministro das Finanças de Moçambique, Manuel Chang estava entre os acusados. Chang, que nega ter cometido irregularidades, está detido na África do Sul desde 29 de dezembro a mando dos procuradores estadunidenses no âmbito duma investigação sobre empréstimos fraudulentos. Quatro dias depois da prisão de Chang, três ex-banqueiros do Credit Suisse - Andrew Pearse, Surjan Singh e Deletina Subeva - foram presos em Londres. Um quinto acusado, Jean Boustani, foi preso nos EUA. Boustani supostamente usou pagamentos de suborno através da empresa de construção naval Privinvest para obter a autorização do Governo de Moçambique para projetos de desenvolvimento de um sistema de defesa costeira do país com 2.470 km de litoral.

Um dos projetos foi confiado à empresa pública moçambicana ProIndicus, que solicitou um empréstimo de US \$ 622 milhões do Credit Suisse e



do banco público russo VTB Capital. Outro projeto de construção de uma frota de atuneiros, foi concedido à Ematum, uma empresa pública financiada pelo Credit Suisse e pela VTB Capital no valor de US \$ 850 milhões. Um terceiro projeto envolvendo a Privinvest, destinado teoricamente a construir um estaleiro, fornecer navios de guerra adicionais e modernizar duas instalações existentes para atender os navios da ProIndicus e Ematum, ficou sob o controle de uma terceira empresa pública Mozambique Asset Management (MAM), que obteve empréstimos no valor de \$ 500 milhões. Todos os empréstimos foram assegurados por garantias do governo de Moçambique, mas em 2017 começaram a falhar os reembolsos. A acusação dos EUA garante que foram feitos grandes subornos e pagamentos fraudulentos







Moçambique, incitando o FMI e os doadores estrangeiros a suspenderem a ajuda financeira provocando um colapso monetário e um incumprimento no pagamento da dívida pública.

O governo de Moçambique está a procurar reestruturar os empréstimos e em novembro de 2018 chegou a um acordo com a maioria dos seus credores para reestruturar um Eurobond de \$ 726,5 milhões. O acordo prevê a extensão dos prazos e a divisão da receita esperada de projetos de gás offshore. Este acordo confirma a previsão de longa data da EXX

aos vários banqueiros acusados e funcionários do governo de Moçambique. Até agora todos os acusados tem negado as acusações.

No entanto, o Procurador Geral de Moçambique disse que vai procurar que os acusados nos EUA e noutros países enfrentem a justiça em Moçambique. Outras detenções são esperadas já que vários nomes na acusação estadunidense não foram ainda divulgados. No início de 2016 a EXX Africa foi um dos primeiros a alertar para o risco das dívidas ocultas, o que acabou por ser confirmado pelo governo de

África de que os credores não buscariam medidas punitivas contra Moçambique, mas prefeririam reestruturar as dívidas enquanto utilizavam como garantia as receitas do gás offshore. Este acordo é o primeiro de uma série de medidas necessárias para restabelecer as relações entre Moçambique, credores e instituições financeiras internacionais, incluindo o FMI.

### O papel da Prinvest em Angola



Enquanto o escândalo da dívida de Moçambique está no seu auge, o número de líderes políticos angolanos envolvidos no escândalo ainda não foi totalmente divulgado. A revelação dessas afiliações e acordos comerciais pode minar a popular campanha anticorrupção do governo angolano, ao mesmo tempo que embaraça os principais líderes políticos do país e representa novos riscos para os investidores estrangeiros.

A EXX Africa realizou um inquérito para examinar o papel da elite política angolana no escândalo da dívida de Moçambique e a possível existência de novos problemas de dívida oculta. Durante o curso da nossa investigação, surgiram algumas bandeiras vermelhas em relação aos contratos da Prinvest em Angola, apontando também para a reputação em risco



do Presidente angolano João Lourenço.

Consultamos várias fontes moçambicanas bem informadas que indicaram que o Presidente Lourenço tinha participado nos acordos Prinvest e ProIndicus. Estes compromissos remontam ao tempo em que Lourenço era Ministro da Defesa, bem como ao seu mandato como Presidente de Angola desde setembro de 2017.

A descoberta mais significativa é que a Simportex - empresa ligada ao Ministério da Defesa angolano que criou uma joint-venture com a Prinvest - assinou em 2015 dois contratos consideráveis, no valor total de 122 milhões de euros, com empresas do grupo Finmeccanica (presentemente Leonardo S.p.A) - para aquisições que a Prinvest poderia ter fornecido. A Simportex assinou em 23 de dezembro de 2015 contratos de compra e venda de equipamentos, peças sobressalentes, serviços de instalação e treinamento

para equipar um centro nacional e três centros regionais de coordenação marítima, bem como instalar várias estações de radar, repetidores e meios de comunicação na costa angolana.

O acordo foi feito entre o Ministério da Defesa Nacional de Angola e a Selex Company Ess. PA em kwanzas no valor equivalente a 115 milhões de euros. O acordo incluía também a compra e venda de dois navios de patrulha ultra rápidos, peças sobressalentes, ferramentas e serviços de formação, entre o Ministério da Defesa Nacional e a Sociedade Whitehead Sistemi Subacquei SPA em kwanzas no valor equivalente a 7,3 milhões de euros.

Um outro acordo de Angola com a Prinvest foi para a subsidiária francesa da Prinvest, a CMN (que

construiu os barcos da EMATUM) sobre um projeto hidroelétrico. Este acordo foi assinado mais ou menos na mesma época da joint-venture do Ministério da Defesa - Simportex.

Os negócios da Prinvest aconteceram por volta de 2014-2015, antes de dos Santos ter qualquer indicação de que Lourenço assumiria a

presidência. Na época, dos Santos ainda estava a pressionar para que a sua sucessão política fosse assegurada pelo seu vice Manuel Vicente. Uma vez que a sucessão se tornou mais clara a meio de 2017 (e menos favorável para os objetivos de Santos), temos relatos de tentativas muito mais significativas de transferência de riqueza de Santos para Lourenço, incluindo agricultura (para aumentar suas propriedades na Fazenda Matogrosso), exploração mineira, e concessões de construção.

### **Afiliação de Angola à ProIndicus**

Há também indicações de uma relação entre João Lourenço e a ProIndicus. Uma fonte próxima à ProIndicus relata que Lourenço visitou o projeto de Moçambique enquanto servia como ministro da Defesa angolano (cargo que ocupou de 2014-17), como parte de uma tentativa da Prinvest - liderado por Boustani - para lhe vender um projecto




semelhante. Como explicado anteriormente, Angola assinou - através da Simportex, empresa do Ministério da Defesa - um contrato de 495 milhões de euros para comprar navios e capacidade de construção naval da Prinvest. O contrato tem semelhanças aparentes de redação e conteúdo com o contrato da ProIndicus e o MAM.

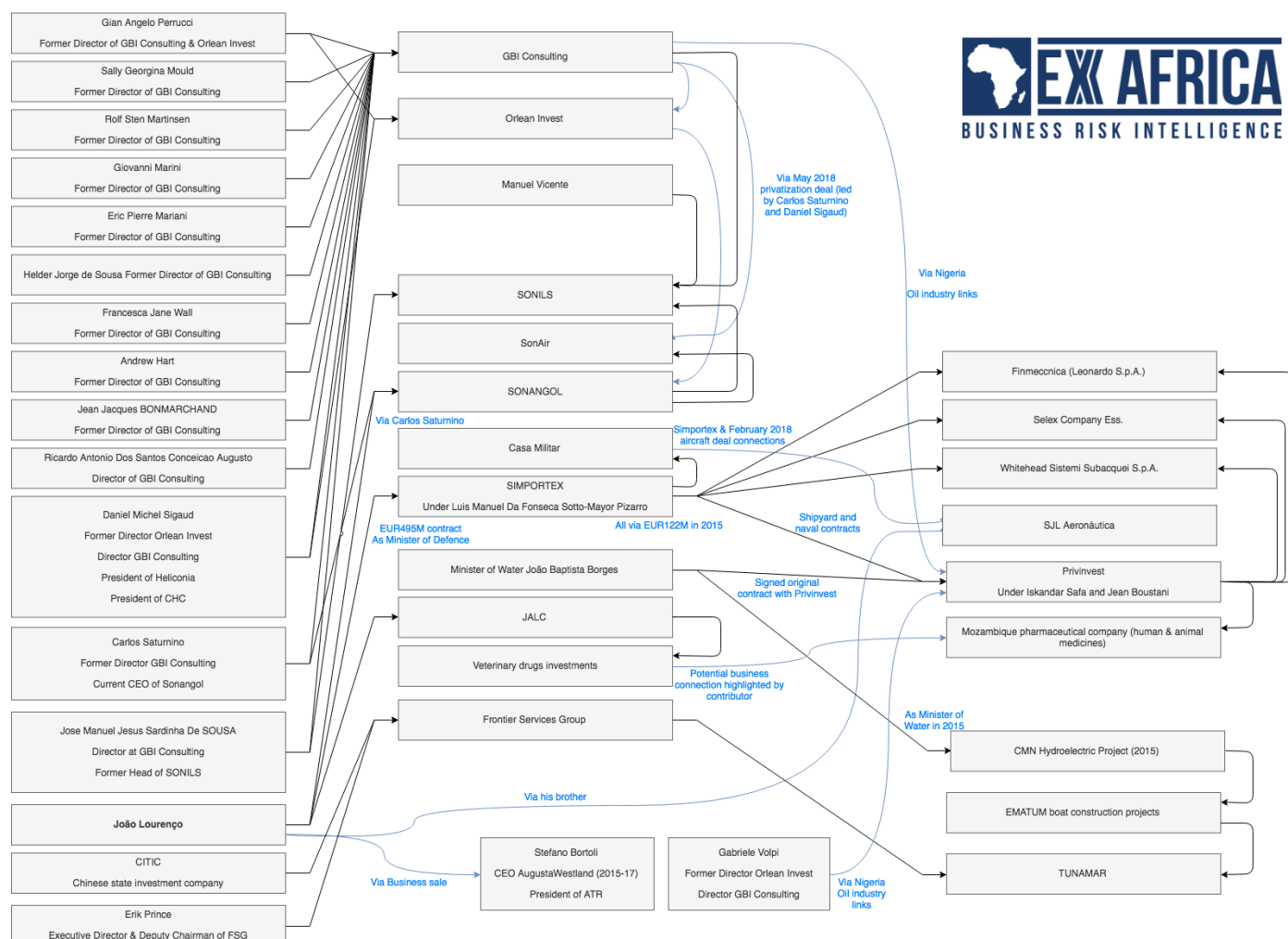
Várias fontes também relatam que Boustani estava envolvido na negociação dos acordos da Prinvest em Angola e que a empresa de Lourenço, JALC - Consultores e Prestação de Serviços, desempenhou um papel nestas negociações. Além disso, o antigo vice-presidente Manuel Vicente, que agora atua como conselheiro económico e financeiro de Lourenço com poderes e influência extraordinários sobre a política do governo, teve um papel considerável na negociação dos contratos da Prinvest em Angola. Vicente introduziu o empresário Gabriele Volpi em Moçambique através da relação de Volpi com a Sonangol Integrated Logistic Services (SONILS), afiliada da Sonangol. Outras fontes relatam que Volpi, juntamente com Boustani, fez a introdução inicial entre Lourenço e a Prinvest. Também fez acordos com a Simportex e a empresa de Vicente, Sadissa. A divulgação gradual destas relações já está a causar tremores entre a elite política de Angola, e os

jornalistas investigativos locais estão a ficar interessados em histórias semelhantes. Os interesses comerciais de Lourenço estão no centro d'atenção derivado também à recente divulgação de que em 2018 o seu governo autorizou a venda de várias aeronaves ligeiras da Força Aérea Angolana para a empresa do seu irmão General Sequeira João Lourenço, a SJL Aeronáutica. A família do General Sequeira é accionista da SJL.

Da mesma forma, Lourenço promoveu o ex-chefe da Simportex Luís Manuel da Fonseca de Sotto Mayor Pizarro, que supervisionou uma série de acordos opacos da sociedade, incluindo a aquisição de helicópteros da série AW1 em outubro de 2015. Estas revelações estão-se a tornar embaraçosas para o presidente e estão a começar a minar a popular campanha anticorrupção do seu governo.

## ANGOLA – A REDE DE INFLUÊNCIA PRIVINVEST

Uma rede mais ampla de indivíduos e entidades estaria provavelmente envolvida no relacionamento como refere parte da investigação da EXX África sobre os negócios entre o governo angolano e a Prinvest. Algumas dessas relações são descritas abaixo no mapa de influência. 



## Apresentação

O novo programa de anticorrupção e liberalização económica do governo angolano visa dissolver o domínio político e económico da sua antiga elite dirigente. Desde que assumiu o cargo, o presidente Lourenço retirou um grande número de políticos influentes, que atualmente enfrentam alegações de corrupção. O Presidente Lourenço começou a enfraquecer o domínio político e económico da família dos Santos sob a bandeira de uma campanha anticorrupção muito popular. No entanto, ainda não há indicação de que a campanha anticorrupção se estenda além dos próximos do ex-presidente.

As crescentes evidências de negócios da Privinvest em Angola e contratos opacos de aquisições do governo angolano ameaçam a plataforma anticorrupção do governo e arriscam embaraçar o Presidente Lourenço. Grande parte da boa vontade internacional em relação ao novo governo de Angola foi fundada sobre a transparência de Lourenço e a perseguição dos ex-funcionários públicos implicados em investigações recentes. As relações com o FMI também arriscam ficar prejudicadas com esta saga. Em dezembro de 2018, o FMI concedeu um empréstimo de US \$ 3,7 bilhões por três anos, no âmbito do programa dos fundos estendidos. A aprovação deste acordo tem sido considerada como um desenvolvimento positivo para a fraca economia angolana. A aprovação do empréstimo do FMI foi destinada a acrescentar mais legitimidade à trajetória reformista econômica que começou desde que Lourenço assumiu o cargo em setembro de 2017. No entanto, as perspectivas imediatas para a trajetória econômica de Angola permanecem relativamente fracas.

Em 2018, a economia de Angola teve um desempenho abaixo das expectativas devido à queda das receitas do setor petrolífero e aos cortes de gastos públicos. A queda dos preços do petróleo, a excessiva intervenção negativa do governo, juntamente com as barreiras administrativas e um ambiente de negócios totalmente adverso, provocaram um declínio significativo na produção e no investimento. A produtividade reduzida e as receitas diminuídas deixaram Angola numa situação precária, porque o país obtém aproximadamente 95 por cento da sua receita de exportação de petróleo. As perdas de produtividade minam os esforços de

reduzir o deficit fiscal de 7% para 3,4% - e a dívida de aproximadamente 60% para cerca de 55% - e também as despesas ordinárias pesam sobre a capacidade do país de financiar.

No final de 2018, os amortecedores externos e fiscais de Angola caíram para o nível mais baixo em sete anos. As reservas internacionais brutas do país no valor de US \$ 27 bilhões em 2014 caíram para US \$ 16,2 bilhões no final de outubro 2018. Apesar do excedente da balança corrente, o banco central, o (BNA) Banco Nacional de Angola continuou a utilizar as suas reservas para facilitar uma desvalorização ordenada da moeda kwanza ao longo de 2018 e aumentar a liquidez em moeda estrangeira. Em 2018, o kwanza registou uma desvalorização de 46 por cento em relação ao US dólar depois de o BNA mudar de uma ligação de facto para um sistema de leilão semanal de divisas estrangeiras.

Ao longo do ano passado a pressão no setor bancário aumentou. No início de janeiro, o BNA retirou as licenças de dois pequenos credores, o Banco Mais e o Banco Postal, que, segundo o BNA deveriam ser declarados falidos. Os dois bancos não tinham respeitado o prazo de 31 de dezembro para cumprir com as novas exigências de capital financeiro. Estes desenvolvimentos puseram em dúvida a credibilidade do estado e a saúde do setor bancário local. A estabilidade financeira está em risco à medida que os riscos de crédito acumulados se materializam e os acionistas enfrentam dificuldades para injetar capital. Isto contribuirá para criar um ciclo vicioso de desvalorização da moeda local, deterioração da qualidade dos ativos e degradação dos atenuantes de capital.

Apesar da sua grande riqueza de recursos - incluindo o potencial para produzir mais de 2 milhões de barris de petróleo por dia em plena capacidade, o mal-estar económico de Angola era tal que tinha muito poucas opções senão recorrer ao FMI no final do ano passado. A saga da Privinvest que chega a Angola vai prejudicar a recém-criada reputação de transparência e boa governança do país, bem como o histórico dos direitos humanos. Além disso, as relações de Angola com o FMI e a perspectiva de uma recuperação económica em 2019 enfrentam novos desafios, porque os investidores estão expostos a novos riscos de reputação após o transbordo do escândalo da dívida em Moçambique.